



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2021-0074**  
**BI-2021-0067**

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 29/07/2021      **Hora:** 13:30      **Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Seguimento

**Inspetor responsável:** António MR. Moutinho

**Outros inspetores da IRA:** João PRFB. Silva

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho, para verificar a regularização das infrações detetadas durante a inspeção realizada em 2020-09-17. (BI-2020-0056/INSP-2020-0138)

A entidade foi notificada para regularização das infrações detetadas, em 2020-11-26, através da SAI-N-2020-0247. No local foi contactado o Eng. Pedro JA Correia, responsável pela Delegação da Terceira e o Eng. Marco HR Vieira, responsável pela manutenção do matadouro.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA)      **NIPC/NIF:** 512021155

**Sede/morada:** Rua do Passal, n.º 150

**Código Postal:** 9501-096      **Freguesia:** São Sebastião

**Concelho:** Ponta Delgada      **Ilha:** São Miguel

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Matadouro da Terceira

**Endereço:** Parque Industrial do Porto da Praia da Vitória, Lote 36

**Código Postal:** 9760-571      **Freguesia:** Cabo da Praia

**Concelho:** Praia da Vitória      **Ilha:** Terceira

**Atividade principal:** 84130 – Administração pública – atividades económicas

**Outras atividades:** 10110 - Abate de gado (produção de carne)

**Período de funcionamento:** Das 8:00 horas às 16:00 horas.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Licenciamento da atividade:** NCV: A89



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Antecedentes

Na inspeção realizada em 2020-09-17, foram detetadas as seguintes infrações:

- a) A falta de envio dos dados do sistema de autocontrolo de acordo com a periodicidade exigida no respetivo título de utilização de recursos hídricos, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- b) Incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos (Alvará n.º AR/2019/56), nomeadamente as constantes das alíneas:

16. “O titular obriga-se a solicitar a renovação desta licença, no prazo de 6 meses antes do seu termo, caso se mantenham as condições que determinaram a sua atribuição”;

19. “As condições de descarga a respeitar pelo titular desta licença ...”;

em violação do disposto no n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de contraordenações ambientais muito graves previstas na alínea c) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;

- c) Incumprimento do dever de separação na origem dos resíduos produzidos, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras em violação do disposto no n.º 5, artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

- n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- d) O incumprimento da obrigação do envio do plano interno de prevenção e gestão de resíduos para aprovação, em violação do disposto nos n.º 2 e 3 do art.º 38.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista pela alínea b) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- e) A entrega de resíduos (bisturis) a entidade não licenciada (Laboratório Regional de Veterinária) ou não concessionada para a sua gestão em violação do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 229º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 229º do diploma citado;
- f) O não cumprimento da obrigação de assegurar, na obra ou em local afeto à mesma, a triagem de resíduos de construção e demolição ou o seu encaminhamento para operador de gestão licenciado, em violação do disposto no artigo 51.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 229.º do diploma citado;
- g) Incumprimento das normas de descarga de poluentes para a atmosfera, nomeadamente as relativas à construção de chaminés (nº de tomas por chaminé), em violação do disposto no artigo 66.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea i) do n.º 2 do artigo 93.º, do diploma citado;
- h) A não implementação de um plano de controlo de roedores, em violação do disposto no artigo n.º 6 do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, em conjugação com a Portaria n.º 32/2015, de 13 de março, configurando assim a prática de uma contraordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do diploma citado;
- i) A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade (descarga de águas residuais em Domínio Público Hídrico), em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do diploma citado.

## **2.2 – Descrição da situação observada**

Relativamente às infrações notificadas para regularização verificou-se:



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

-Os dados do sistema de autocontrolo das águas residuais, não são enviados à Autoridade Ambiental com a periodicidade exigida no respetivo título de utilização de recursos hídricos (AR/2020/75). A condição 21, especifica que *“O titular desta licença obriga-se a enviar os boletins da análise referentes ao autocontrolo efetuado com uma periodicidade bimestral à direção de serviços de Recursos Hídricos e Ordenamento do Território”*. Os boletins verificados, referem-se às colheitas efetuadas em: 17 de novembro de 2020 (Relatório de Ensaios N.º 15182/2020), 2 de fevereiro de 2021 (Relatório de Ensaios N.º 1324/2021), 16 de março de 2021 (Relatório de Ensaios N.º 3469/2021) e em 18 de maio de 2021 (Relatório de Ensaios N.º 6573/2021 e Relatório de Ensaios N.º 6574/2021), tendo sido enviadas respetivamente em: 3 março de 2021, 9 de março de 2021, 21 de abril de 2021 e 29 de julho de 2021;

1-Solicitou a renovação da Licença de Descarga de Águas Residuais, conforme estipulado na condição 16, do alvará nº AR/2020/75;

2-Cumpre com os valores limites de emissão (VLE) para os parâmetros (CBO<sub>5</sub>, CQO, SST, Fósforo total, Azoto total e óleos e gorduras) analisados, na descarga das águas residuais;

3-Cumpre com a separação dos resíduos produzidos e com o seu armazenamento em contentores identificados, por nome comum e código LER;

4-O Plano Interno de Prevenção e Gestão de Resíduos, foi submetido e aprovado pela Autoridade Ambiental;

5-Cumpre com a obrigação de assegurar um local para procederem à triagem de resíduos de construção e demolição e o seu encaminhamento para operador de gestão licenciado;

6-Procedeu à regularização da construção das chaminés, com a instalação de mais uma toma em cada chaminé;

7-Possui implementado um plano de controlo de roedores;

8-Constituiu garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade (descarga de águas residuais em Domínio Público Hídrico).

### **3 – Irregularidades e infrações detetadas**

Foi verificada a seguinte infração:

- a) A falta de envio dos dados do sistema de autocontrolo de acordo com a periodicidade exigida no respetivo título de utilização de recursos hídricos, configurando assim a prática de uma



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

contraordenação ambiental grave prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio.

#### **4 – Indicações e medidas adotadas**

**Indicações transmitidas:**

**Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☒ Arquivamento do processo inspetivo, com referência no ofício à obrigatoriedade de cumprir com o envio dos dados do sistema de autocontrolo de acordo com a periodicidade exigida no respetivo título de utilização de recursos hídricos.
- ☐ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: